



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PROCESSO: 11000.720284/2019-99

ANEXO I DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA RFB/SRRF10 - Nº 2/2019

MINUTA DO CONTRATO DE PERMISSÃO

CONTRATO DE PERMISSÃO PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS PÚBLICOS DE MOVIMENTAÇÃO E
ARMAZENAGEM DE MERCADORIAS EM PORTO
SECO NO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO QUE
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO E A EMPRESA

.....

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e _____, na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10, com sede na AV. Loureiro da Silva, nº 445, 5º andar, Porto Alegre/RS, de um lado, a UNIÃO, por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF 10RF, neste ato representada pelo Sr. Luís Antônio da Silva Machado, Chefe da Divisão de Programação e Logística da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no uso da competência outorgada pelo artigo 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 2011, e § 9º do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria/MF Nº 430, de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 11 de outubro de 2017, que lhe confere poderes para a celebração do contrato de Permissão para a Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias em Porto Seco, em sequência denominada simplesmente Permitente, e, de outro lado, a empresa, CNPJ nº, estabelecida na cidade de, na Rua (Avenida), nº, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo(a) seu(sua)(cargo), Sr. (a)....., CPF nº, (nacionalidade)....., (estado civil)....., portador da Cédula de Identidade nº, expedida por, em conformidade (indicar os instrumentos que dão à pessoa poderes para representar a sociedade), daqui por diante denominada simplesmente Permissionária, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com minuta examinada pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional, ex vi do disposto no parágrafo único do art. 38, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, e no art. 13, inciso III, alínea "e", do Decreto-Lei nº 147, de 3 de Fevereiro de 1967, em conformidade com o constante do Processo Administrativo nº, CONTRATO DE PERMISSÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MOVIMENTAÇÃO E

ARMAZENAGEM DE MERCADORIAS no PORTO SECO DE NOVO HAMBURGO/RS, que se regerá pelas disposições das Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.074, de 7 de julho de 1995, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, que regulamenta a Administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações do comércio exterior, do Decreto nº 1.910, de 21 de maio de 1996, do Decreto nº 2.763, de 31 de agosto de 1998 e das Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal nº 1.208, de 04 de novembro de 2011, e nº 109, de 8 de dezembro de 2000, observada também, se for o caso, a legislação que vier modificar ou substituir a aqui referida, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente contrato tem por objeto deferir a permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco/....., para carga geral e outras, localizada no<endereço>..... no Município de Novo Hamburgo/RS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Porto Seco poderá receber, sob controle aduaneiro, mercadorias importadas e as destinadas à exportação, devendo ser nele executados serviços de processamento de despacho aduaneiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No Porto Seco poderão ser realizadas operações com mercadorias submetidas a regime aduaneiro comum e especial.

PARÁGRAFO TERCEIRO - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR - A execução dos serviços obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que integram o Processo Administrativo nº e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

a) Edital da Concorrência RFB/SRRF 10 – Nº 2/2019;

b) documentos de classificação (proposta) e de habilitação apresentados pela Permissionária na Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019, em ____ de ____ de 2019;

c) (outros documentos relevantes, todos assinados ou rubricados pela Permissionária).

PARÁGRAFO QUARTO - DA LICITAÇÃO - Os serviços ora contratados foram objeto de licitação, sob a modalidade de Concorrência, conforme Edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019 constante de fls. ____ a ____ do Processo nº, cujo aviso foi publicado com a antecedência mínima de dias, na página _____ do "Diário Oficial da União", de _____ de _____ de 20XX____ e nas páginas ____ nos jornais _____<nome do jornal>____, de _____<nome do município>____, em ____ de _____ de 20XX.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA - O presente contrato terá vigência a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União e terá duração de 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) anos, nos termos do § 2º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 1995, com a redação dada pela Lei nº 10.684, de 2003.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra, no que couber, algum dos motivos elencados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, devidamente

autuados em processo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A manifestação de interesse na prorrogação do contrato deve ser feita pela permissionária, por escrito, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) meses, em relação à data do término do prazo contratual, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A prorrogação deve ser precedida de um novo Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) e correspondente Demonstrativo de Viabilidade Econômica do Empreendimento, levando em conta os mesmos elementos utilizados no Estudo Inicial, com base no art. 11, da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 2011.

PARÁGRAFO QUARTO - A elaboração do estudo e do demonstrativo citados no parágrafo terceiro deve ser concluída pela RFB em até 6 (seis) meses após a manifestação de interesse na prorrogação do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Para fins de prorrogação, a permissionária deve ter o desempenho considerado satisfatório, com base na média das avaliações realizadas, nos últimos 2 (dois) anos, utilizando o método de avaliação de desempenho conforme Anexo II do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019.

PARÁGRAFO SEXTO - O desempenho da permissionária será considerado satisfatório quando seu conceito histórico for bom, ótimo ou excelente, ou seja, quando a média das notas de desempenho for maior ou igual a 7 (sete), de acordo com o método de avaliação de desempenho referido no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Ainda que atendidos os requisitos dos parágrafos anteriores, a prorrogação do contrato, prevista no § 2º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 1995, não constitui direito da permissionária, ficando sujeita a análise discricionária da Permitente, que poderá rejeitar a prorrogação motivadamente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO – A permissionária deve incumbir-se da prestação de serviços técnicos e especializados relacionados com armazenagem e movimentação de mercadorias importadas e das destinadas à exportação no porto seco, nos termos do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019 e das condições por ela propostas, constantes dos seus documentos de classificação (proposta) e de habilitação, inerentes à Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No Porto Seco a permissionária poderá auferir receitas acessórias, em decorrência da prestação de serviços conexos com aqueles objeto da permissão, desde que tenha feito a opção na proposta apresentada, conforme subitem 3.2.2, inciso VI do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019 de acordo com tabela que espelhe os preços de mercado, prestados facultativamente aos usuários, relativos à estadia de veículos e unidades de carga, pesagem, limpeza e desinfecção de veículos, fornecimento de energia, retirada de amostras, lonamento e deslonamento, emissão de títulos, colocação de lacres, expurgo e reexpurgo, embalagem e reembalagem, unitização e desunitização e outros serviços complementares à movimentação e armazenagem de mercadorias, inclusive aqueles que forem decorrentes das atividades de porto seco industrial, se for o caso.

I - Na hipótese de o Permissionário não ter feito opção, quando da apresentação da proposta, pela prestação de serviços conexos de que trata este parágrafo e tenha interesse em passar a prestá-los deverá observar o disposto na cláusula sétima deste contrato, mediante requerimento previsto no parágrafo primeiro da cláusula sétima.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Deverá ser colocada no Porto Seco, apenas placa de identificação nas dimensões mínimas de 2,5m X 5,0m, por conta da permissionária, com localização e especificações a serem fornecidas pela SRRF10.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso a permissionária queira que conste da placa sua razão social ou denominação, esta deverá ocupar, no máximo, uma área equivalente a um quinto da área da placa.

PARÁGRAFO QUARTO - Durante a execução do contrato, havendo interesse da permissionária em promover alterações ou expansões de construções, de equipamentos e de sistemas operacionais de segurança e dos relativos à medicina e segurança do trabalho, essas alterações ou expansões deverão ser executadas às expensas da permissionária, após autorização da permitente, sem prejuízo do disposto no subitem 6.7 do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019.

PARÁGRAFO QUINTO - O exercício da fiscalização por parte da permitente (inciso I da CLÁUSULA QUARTA) não exclui nem reduz a responsabilidade da permissionária ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade da permitente.

PARÁGRAFO SEXTO - Para fins de alfandegamento e verificação de cumprimento das obrigações contratuais constantes do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019 e dos documentos de classificação (proposta) e de habilitação, e das normas da RFB pertinentes ao alfandegamento, o Porto Seco será vistoriado pela Comissão de Alfandegamento de que trata o art. 39 da Portaria RFB 3.518, de 2011.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O ato declaratório de alfandegamento do Porto Seco será expedido, na vigência do prazo contratual, cumpridas as condições do contrato e de alfandegamento conforme o que dispõe a Portaria RFB nº 3.518, de 2011, ou de norma que vier a alterá-la ou sucedê-la.

PARÁGRAFO OITAVO - No exercício da fiscalização, a permitente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da permissionária.

PARÁGRAFO NONO - Os serviços serão fiscalizados também, nos meses de junho e dezembro, por comissão designada pelo Superintendente da Receita Federal do Brasil da 10ª RF, composta de representantes da permitente, da permissionária e dos usuários, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 30 da Lei nº 8.987, de 1995, e no art. 22 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 2011.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os serviços prestados no Porto Seco observarão o disposto no art. 6º da Lei nº 8.987, de 1995, nas normas técnicas pertinentes e na proposta apresentada na licitação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O dirigente da unidade da RFB, com jurisdição sobre o Porto Seco, expedirá as normas operacionais necessárias ao cumprimento do contrato e designará servidor que acompanhará e fiscalizará permanentemente a sua execução (fiscal do contrato).

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA PERMITENTE - Incumbe à permitente:

I – acompanhar, controlar e fiscalizar permanentemente a execução do contrato, por meio de servidor formalmente designado (fiscal do contrato), e expedir normas operacionais, por intermédio da unidade da RFB com jurisdição sobre o Porto Seco;

a) caberá ao fiscal do contrato observar e cumprir as disposições estabelecidas pelo art. 21 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 2011, realizar a avaliação de desempenho da permissionária conforme método de avaliação de desempenho estabelecido no Anexo II do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019, instruir eventuais processos de aplicação das sanções administrativas previstas nas cláusulas Décima Primeira e Décima Segunda considerando o rito estabelecido nos subitens 13.6.1, 13.6.2.1, e 14.4.4.1 do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019, bem como fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contratuais;

b) o disposto na alínea "a" não exclui nem reduz a responsabilidade da Permissionária ou de seus agentes ou prepostos, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos resultantes de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, não implicando, na ocorrência destes, em corresponsabilidade por parte da Permitente;

II - vistoriar o recinto a ser alfandegado por intermédio de comissão de alfandegamento, designada pelo Superintendente da RFB, com jurisdição sobre o Porto Seco;

III - alfandegar o Porto Seco, por meio de ato declaratório mencionado no parágrafo sétimo da cláusula terceira deste contrato, e dessa forma autorizar o início de funcionamento do recinto, após lavrado(s) o(s) termo(s) de vistoria e desde que satisfeitas todas as condições contratuais e de alfandegamento conforme o que dispõe a Portaria RFB nº 3.518, de 2011, inclusive a avaliação prévia do funcionamento do sistema informatizado de controle operacional, nos termos do que dispõe o art.12 da Instrução Normativa SRF nº 682, de 2006, ou de legislação que vier modificar ou substituir a aqui referida;

IV - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

V - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

VI - extinguir a permissão, nos casos previstos na cláusula décima segunda deste contrato;

VII - homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma da Lei nº 8.987, de 1995, das normas pertinentes e do contrato;

VIII - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da permissão;

IX - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;

X - estimular a melhoria da qualidade, o aumento da produtividade e a preservação do meio ambiente;

XI - incentivar a competitividade;

XII - estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço;

XIII - avaliar o desempenho da permissionária conforme método de avaliação de desempenho estabelecido pelo Anexo II do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019.

PARÁGRAFO ÚNICO - A vistoria prevista no inciso II desta cláusula será realizada com observância dos seguintes procedimentos:

I - será realizada no prazo de trinta dias, contado da comunicação a que se refere o inciso VIII da cláusula quinta;

II - verificado que não foram atendidas todas as condições estabelecidas, a comissão consignará as pendências no respectivo termo que será levado ao conhecimento da permissionária, a qual sanará as referidas pendências, no prazo que lhe for concedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

III - transcorrido o prazo concedido, a comissão procederá nova vistoria, lavrando o respectivo termo;

IV - caso não tenham sido sanadas as pendências, operar-se-á a caducidade da permissão.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA - Incumbe à permissionária:

I - manter prepostos (gerente e fiel depositário - inciso IX do subitem 3.3.1, do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019) no Porto Seco, com o mesmo nível de responsabilidade e com experiência profissional de pelo menos 1 ano no cargo de gerente ou na condição de fiel depositário, conforme o caso, em atividades ligadas à armazenagem, à guarda ou ao transporte de mercadorias, os quais assumirão perante a RFB a responsabilidade técnica e administrativa pelos serviços ali executados e com poderes para responder pela permissionária;

II - responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos trabalhos contratados e também por danos a terceiros;

III - responsabilizar-se, inclusive perante terceiros, por ações ou omissões de seus empregados, prepostos e contratados, das quais resultem danos ou prejuízos a pessoas ou bens, não implicando corresponsabilidade da permitente;

IV – comunicar e submeter à aprovação prévia do titular da unidade da RFB jurisdicionante do Porto Seco, por intermédio do fiscal do contrato (subitem 7.12 do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019, c/c parágrafo Décimo Primeiro da cláusula Terceira e inciso I da cláusula Quarta, deste contrato) qualquer substituição da equipe técnica (gerente e fiel depositário), observado o disposto no inciso IX do subitem 3.3.1 do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019.

a) a referida substituição só será deferida se os membros da nova equipe possuírem comprovada capacidade profissional, conforme previsto pelo Inciso IX do subitem 3.3.1 do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 Nº 2/2019;

b) entende-se como "gerente" o funcionário da Permissionária que detiver a responsabilidade técnica e administrativa pelos serviços executados nas dependências do Porto Seco e pelo pronto restabelecimento de qualquer problema operacional que vier a ocorrer naquele recinto e como "fiel depositário" o funcionário da Permissionária que detiver a responsabilidade pela movimentação, guarda e conservação das mercadorias que adentrarem e saírem do Porto Seco;

V - prover todos os equipamentos, ferramentas, materiais, maquinários, mobiliários, equipamentos de informática e de infraestrutura elétrica, equipamentos de segurança do trabalho, linhas de comunicação de voz e dados (interna e externa), bem como

realizar serviços de adequação e de infraestrutura necessários à perfeita execução dos serviços prestados pelo Porto Seco;

a) fornecer todos os equipamentos, materiais, mobiliários, equipamentos e suprimentos de informática e de infraestrutura elétrica, equipamento de reprografia, material de expediente, linhas de comunicação de voz e dados (interna e externa), equipamentos de segurança do trabalho, bem como realizar serviços de adequação e de infraestrutura necessários à perfeita execução dos serviços prestados pela equipe da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil em exercício no Porto Seco, desde que seja solicitado pela Permitente, com as devidas justificativas, após prévia manifestação do fiscal do contrato;

b) disponibilizar meios de movimentação e dispositivos adequados à carga e descarga de mercadorias sujeitas à fiscalização, bem como disponibilizar locais adequados aos trabalhos de fiscalização das equipes da RFB em exercício no Porto Seco;

c) disponibilizar diariamente transporte em condições de segurança e conforto para os servidores da RFB que prestem serviço no Porto Seco de Novo Hamburgo, desde a unidade da RFB localizada no Município de Novo Hamburgo até o recinto do Porto Seco e vice-versa, exclusivamente nos casos em que esse recinto for localizado em área não assistida por linha regular de transporte público.

c.1) O transporte a que se refere a alínea “c” deste inciso pode ser compartilhado com servidores de outros órgãos da administração pública, devendo ser feito em veículo devidamente caracterizado e de uso coletivo.

VI - responder como depositário da mercadoria sob sua custódia, obedecendo às legislações comercial e aduaneira que tratam do assunto e submetendo-se às demais exigências da fiscalização da RFB;

VII - apresentar à fiscalização da RFB, quando solicitado e em tempo hábil, todos os dados de administração, recursos técnicos, econômicos e financeiros referentes aos serviços prestados pelo Porto Seco, bem como garantir o livre acesso a todas as suas dependências, para que se proceda aos inventários e vistorias que julgar necessários;

VIII - comunicar à permitente para fins de vistoria, por escrito, por intermédio da unidade da RFB jurisdicionante, que o recinto se encontra em condições de entrar em funcionamento, em conformidade com o edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019 e documentos de classificação (proposta) e de habilitação apresentados pela licitante, e com as condições para alfandegamento conforme o que dispõe a Portaria RFB nº 3.518, de 2011, ou de norma que vier a alterá-la ou sucedê-la;

IX – instalar e manter no Porto Seco, sem ônus para a permitente, os serviços públicos de água, esgoto, eletricidade, telefonia e outros necessários ao seu perfeito funcionamento;

X - assumir os encargos relativos aos gastos com o consumo de energia elétrica, água, esgoto e telefone, impostos, taxas, alvarás, assentimentos sanitários, licenciamento ambiental, linhas de comunicação de voz e dados, dentre outros necessários ao perfeito funcionamento das instalações do Porto Seco e à realização dos serviços lá prestados, inclusive os decorrentes do cumprimento da Legislação Federal, Estadual e Municipal no que concerne às atividades do Porto Seco;

XI - assumir os encargos relativos aos custos do laudo pericial emitido por órgão, entidade, ou empresa credenciada, para realização de auditoria de sistemas informatizados de controle aduaneiro, nos termos do que dispõe a Instrução Normativa SRF nº 682, de 2006, ou norma que a vier a alterá-la ou sucedê-la;

XII – apresentar ao fiscal do contrato, até o décimo quinto dia de cada mês, prestação de contas relativas às receitas auferidas, no mês anterior, com movimentação e armazenagem de mercadorias, bem como as relativas às receitas acessórias decorrentes da prestação de serviços conexos com aquele objeto da permissão, inclusive aqueles que forem decorrentes das atividades de porto seco industrial, se for o caso;

XIII - informar o vencimento do prazo de permanência no Porto Seco das mercadorias, veículos transportadores ou unidades de carga abandonadas, admitidas nos diversos regimes aduaneiros, na forma estabelecida no parágrafo único do art. 32 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 2011, ou pela legislação que vier a alterá-la ou sucedê-la;

XIV – manter, em local apropriado no recinto alfandegado, sob sua guarda e responsabilidade, sem ônus para a Fazenda Nacional, veículos transportadores, mercadorias e unidades de carga apreendidas pela unidade jurisdicionante da RFB no próprio recinto do porto seco;

XV – manter em local apropriado no recinto alfandegado, por 120 dias, sob sua guarda e responsabilidade, sem ônus para a Fazenda Nacional, veículos transportadores, mercadorias e unidades de carga que forem considerados, pela legislação aduaneira em vigor, como abandonados no recinto;

a) o prazo de 120 dias passará a contar a partir da data em que a permissionária informar a caracterização da situação de abandono, conforme previsto na legislação aduaneira em vigor;

b) decorrido o prazo de 120 dias sem que tenha sido iniciado o despacho de importação, a permissionária deve fazer, em 5 dias, comunicação à unidade jurisdicionante da RFB, relacionando as mercadorias e mencionando todos os elementos necessários à identificação dos volumes e do veículo transportador;

c) feita a comunicação no prazo 5 dias, ficará a RFB responsável pelo pagamento da armazenagem dos bens abandonados no recinto no período excedente, contado este a partir do dia subsequente 120º dia, devendo para tanto ser aplicadas as tarifas de armazenagem de mercadorias normalmente praticadas pela permissionária na importação e exportação, conforme os termos do contrato de permissão;

d) caso a comunicação não seja efetuada no prazo estipulado na alínea b, somente será paga pela RFB a armazenagem devida até o término do referido prazo, ainda que a mercadoria venha a ser posteriormente alienada.

XVI - disponibilizar equipamentos de informática no Porto Seco que atendam aos requisitos de segurança e especificações técnicas estabelecidas pela RFB, em conformidade com o disposto Ato Declaratório Executivo Cotec nº 1, de 25 de fevereiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União, em 28/02/2019, e alterações posteriores, e/ou legislação superveniente, observando-se o disposto no item 11, inciso XVIII, alínea “a” do Edital;

XVII - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista verificada por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, sob pena da caducidade da permissão;

XVIII - prestar serviço adequado, na forma prevista no art. 6º da Lei nº 8.987, de 1995, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

a) manter serviços adequados de vigilância na área abrangida pelo Porto Seco, de manutenção e conservação (preventiva e corretiva) das instalações, equipamentos e maquinários instalados neste recinto alfandegado, além de prestar serviços de modernização e atualização dos equipamentos de informática, sem ônus para a permitente, desde que sejam indispensáveis à eficiência e qualidade dos serviços prestados pela permissionária;

XIX - prestar contas da gestão do serviço à permitente e aos usuários;

XX - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da permissão;

XXI - permitir aos encarregados da fiscalização da RFB livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

a) disponibilizar acesso ao sistema de que trata o inciso VII do item 3.3.1 do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019 à fiscalização da RFB, quando em consulta realizada no próprio estabelecimento, e remotamente, por meio da Internet, controlado por senha alfanumérica de oito dígitos, ou método seguro de reconhecimento biométrico do usuário, ou mediante certificação digital.

a.1) O acesso ao sistema via Internet deverá oferecer performance compatível com as necessidades de controle por parte da RFB, vinte e quatro horas por dia.

b) disponibilizar à fiscalização da RFB acesso ao sistema de que trata o inciso VIII do item 3.3.1 do edital, aos arquivos de imagens e dados pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, bem como transmitir, em tempo real, para a unidade da RFB jurisdicionante, as imagens e dados das câmeras e dos equipamentos de inspeção não invasiva;

XXII - zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente;

XXIII - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;

XXIV - executar, sem ônus para a permitente ou para os usuários, os serviços necessários ao atendimento do disposto no inciso XXXI desta cláusula;

XXV - manter, no Porto Seco, ferramentas e equipamentos adequados e pessoal especializado para execução dos serviços de que trata o inciso anterior;

XXVI - publicar anualmente as demonstrações financeiras relativas à permissão;

XXVII - fica esclarecido que não será exigido o pagamento ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, a partir da data de entrada em operação do Porto Seco, de acordo com o art. 815 do Decreto nº 6.759, de 2009 e da Instrução Normativa SRF nº 14, de 25 de janeiro de 1993, em razão do Parecer PGFN/CRJ Nº 83/2016 aprovado pelo Ministro da Fazenda, que resultou na edição do Ato Declaratório PGFN nº 9, de 4 de novembro de 2016.

XXVIII - na eventualidade de vir a ser exigido o pagamento ao FUNDAF, aplica-se o disposto no item 8.2.3 do edital.

XXIX - disponibilizar para a RFB, a qualquer momento durante a execução contratual e ao final da permissão, as informações, históricos e registros de todas as operações efetuadas pelos sistemas informatizados de controle operacional e de monitoramento e

vigilância de que tratam os incisos VII e VIII do subitem 3.3.1 do edital, durante o prazo de funcionamento do Porto Seco, bem como as especificações para acesso e recuperação desses dados.

XXIX - disponibilizar para a RFB, a qualquer momento durante a execução contratual e ao final da permissão, as informações, históricos e registros de todas as operações efetuadas pelos sistemas informatizados de controle operacional e de monitoramento e vigilância de que tratam os incisos VII e VIII do subitem 3.3.1 do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019, durante o prazo de funcionamento do Porto Seco, bem como as especificações para acesso e recuperação desses dados.

XXX – submeter à Permitente, por intermédio da unidade da RFB de jurisdição do Porto Seco, para fins de autorização e anuência prévia, a transferência da permissão ou do seu controle acionário pretendidos, nos termos do que dispõe o art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995, o Decreto nº 2.763, de 1998, e Instrução Normativa SRF nº 109, de 2000, e da legislação que vier a alterá-la ou sucedê-la.

a) a transferência da permissão ou do controle acionário de que trata este inciso, sem a anuência prévia da RFB, implicará caducidade da permissão, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste contrato.

XXXI - caberá à permissionária adotar e seguir o layout de armazenagem de mercadorias proposto em sua documentação de habilitação, devendo qualquer alteração ser devidamente justificada;

a) entende-se por layout de armazenagem de mercadorias a planta baixa dos armazéns do Porto Seco onde estejam evidenciadas as áreas destinadas a cada tipo de mercadoria mencionada;

b) poderá haver quantas alterações forem necessárias no layout de armazenagem, desde de que não prejudiquem os serviços de fiscalização da RFB e que sejam sempre previamente aprovadas pelo fiscal do contrato;

c) ocorrendo qualquer alteração no layout de armazenagem do Porto Seco, caberá sempre ao fiscal do contrato anexar cópia do novo layout ao dossiê de acompanhamento do contrato do Porto Seco.

CLÁUSULA SEXTA - DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS - Os serviços prestados pela permissionária, relativamente à movimentação e armazenagem de mercadorias, serão pagos pelo usuário, conforme as seguintes tarifas constantes da sua proposta apresentada na licitação:

I – tarifa de armazenagem (TA), pela armazenagem das mercadorias que estejam sob controle aduaneiro na importação, no trânsito aduaneiro de passagem, na exportação, na reexportação, na devolução ou na redestinação, inclusive quando admitidas no regime de Depósito Alfandegado Certificado – DAC, de ...%. (..... por cento) do valor CIF da mercadoria importada ou FOB da mercadoria a exportar, por um período de 10 (dez) dias ou fração;

II – tarifa de movimentação (TM), pela movimentação das mercadorias que estejam sob controle aduaneiro, entendendo-se como o preço do conjunto de movimentações efetuadas com as mercadorias admitidas no Porto Seco desde a entrada até a sua saída, na importação, no trânsito aduaneiro de passagem, na exportação, na reexportação, na devolução ou na redestinação, inclusive quando admitidas no regime de Depósito Alfandegado Certificado – DAC, de R\$. (..... reais) por metro cúbico (m³) ou fração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A tarifa pela movimentação das mercadorias que estejam sob controle aduaneiro poderá ser cobrada em reais (R\$) por metro cúbico (m³) ou fração, conforme inciso II desta cláusula, ou em reais (R\$) por tonelada ou fração. Para determinação do valor da tarifa de movimentação em reais (R\$) por tonelada deverá ser convertido o valor da tarifa por metro cúbico (m³) mediante multiplicação pelo fator de conversão de 2,89.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Será permitido também acordo entre a permissionária e o usuário nos seguintes casos:

I - cobrança de tarifas menores que as constantes desta cláusula;

II - cobrança de tarifas maiores que as constantes desta cláusula quando se tratar de produtos tóxicos, odorantes, inflamáveis, corrosivos e outros produtos considerados perigosos ou nocivos à saúde pela legislação pertinente, bem como produtos frágeis e de difícil manipulação, limitado o acréscimo a 100% (cem por cento);

III - cobrança de tarifas de movimentação maiores que as constantes desta cláusula quando o objeto for a prestação de serviços de responsabilidade da contratada fora do expediente normal de funcionamento do Porto Seco, limitado o acréscimo a 100% (cem por cento);

IV - cobrança de tarifas de armazenagem maiores que as constantes desta cláusula a partir do início do segundo período de armazenagem, limitado o acréscimo a 100% (cem por cento), não cumulativo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA REVISÃO DAS TARIFAS - Os preços referentes à movimentação e à armazenagem de mercadorias poderão ser revistos a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pedido de revisão dos preços, quando requerido pela permissionária, deverá ser instruído com uma composição de custos atualizada que, comparada com a apresentada na licitação (subitem 3.2.2, IV e V do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019, comprove a quebra do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ressalvados o imposto sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, a SRRF10 deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

PARÁGRAFO QUARTO - Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

PARÁGRAFO QUINTO - As receitas acessórias e complementares, de que trata o parágrafo primeiro da cláusula terceira, serão obrigatoriamente consideradas para aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

I - Não caberá revisão das tarifas na hipótese de o permissionário deixar de prestar serviços conexos, cuja receita foi utilizada para cálculo das tarifas propostas no certame.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso a contribuição ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF) se torne exigível, em razão de revogação do Parecer PGFN/CRJ N° 83/2016 aprovado pelo Ministro da Fazenda, que resultou na edição do Ato Declaratório PGFN n° 9, de 4 de novembro de 2016, ou publicação de lei instituindo a sua cobrança, aplica-se o disposto no item 8.2.3 do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE DAS TARIFAS - Os preços dos serviços permitidos serão reajustados anualmente, a partir da data limite para a apresentação da proposta, de acordo com a seguinte fórmula:

$$V = \frac{I}{I_0} \times V_0$$

V = valor reajustado da tarifa;

I = Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna/IGP-DI do mês do reajuste;

I₀ = Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna/IGP-DI do mês de apresentação da proposta na licitação;

V₀ = valor da tarifa constante da proposta.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de revisão contratual de tarifas nos termos da cláusula Sétima, não será alterado o termo inicial do período de reajuste, que será a data em que o reajuste anterior tiver ocorrido.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS - Sem prejuízo do disposto na Lei n° 8.078, de de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I - receber serviço adequado;

II - receber da permitente e da permissionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III - obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha, observadas as normas do poder permitente;

IV - levar ao conhecimento do poder público e da permissionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

V - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela permissionária na prestação do serviço;

VI - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos por meio dos quais lhes são prestados os serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA - Para o fiel cumprimento das obrigações relativas ao início das atividades do Porto Seco no prazo estabelecido no inciso I do subitem 3.2.2 do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - N° 2/2019 e observância das cláusulas e condições deste contrato, bem como às referentes às multas contratuais e as decorrentes da legislação aduaneira, a permissionária apresentou garantia sob a modalidade de _____, no valor de R\$ (..... reais), de acordo com o estabelecido no item 12 do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - N° 2/2019, conforme faz certo nos documentos entranhados às fls. _____, do Processo Administrativo n°

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A garantia terá o seu valor atualizado periodicamente com o mesmo percentual utilizado no reajuste ou revisão das tarifas contratuais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a permissionária deverá proceder à respectiva reposição, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela permitente, mediante ofício entregue contra recibo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Após o cumprimento fiel e integral do contrato, a garantia prestada pela Permissionária será liberada pela União, por intermédio da SRRF10.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES – Além de sujeitar-se às penalidades por infração à legislação aduaneira, especialmente ao Decreto-Lei nº 37, de 1966 e à Lei nº 10.833, de 2003, a permissionária ficará sujeita às seguintes sanções administrativas pela inexecução total ou parcial dos dispositivos contratuais aqui estabelecidos:

I – advertência:

a) pela inexecução total ou parcial dos encargos assumidos pela permissionária, estabelecidos nos incisos IV, V, VII, VIII, IX, X, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVIII, XXX e XXXI, da cláusula quinta deste contrato, desde que não acarrete prejuízos à permitente e aos usuários dos serviços do Porto Seco, independentemente da aplicação de multa;

b) no caso de reincidência na mesma infração ou de ocorrência de prejuízos à permitente e aos usuários dos serviços do Porto Seco, será aplicada a multa estabelecida no inciso II, alínea “b” desta cláusula;

II – multa:

a) de **R\$ 69.481,21** (sessenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e um reais e vinte e um centavos)¹, por dia de atraso no início de funcionamento do Porto Seco, nos termos do inciso I do subitem 3.2.2 do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019, limitado a 100 vezes este valor;

b) de dois por cento (2%) sobre a receita de movimentação e armazenagem de mercadorias e prestação de serviços conexos, auferida no mês anterior ao da infração cometida, pela inexecução total ou parcial dos encargos assumidos pela permissionária, estabelecidos nos incisos I, II, e III, da cláusula quinta deste contrato, aplicada em dobro na reincidência;

c) de cinco por cento (5%) sobre a receita de movimentação e armazenagem de mercadorias e prestação de serviços conexos, auferida no mês anterior ao da infração cometida, pela inexecução total ou parcial dos encargos assumidos pela permissionária, estabelecidos nos incisos VI, XI, XXI e XXIX, da cláusula quinta deste contrato, aplicada em dobro na reincidência;

d) de **R\$ 6.948.120,97** (seis milhões, novecentos e quarenta e oito mil, cento e vinte reais e noventa e sete centavos)², por desistência de assumir a permissão, após assinatura do contrato, durante o prazo estipulado no inciso I do subitem 3.2.2 do edital da Concorrência

1 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o custo total do investimento estimado no estudo de viabilidade efetuado pela RFB (Anexo XI do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019, item 10)

RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019, excluídas as hipóteses previstas na Instrução Normativa SRF nº 109, de 2000;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a RFB, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei 8.666, de 1993, aplicada à licitante ou à permissionária, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com a gravidade do ato cometido.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei 8.666, de 1993, em virtude de atos ilícitos praticados, inclusive fraude na execução do contrato, e condenação definitiva em razão da prática de condutas tipificadas nos arts. 89 a 98 da Lei nº 8.666, de 1993, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Se o valor da multa não for pago, será automaticamente descontado do valor da garantia prevista na cláusula décima deste contrato. Em caso de insuficiência da garantia o valor devido será cobrado administrativamente, podendo, ainda, caso não for pago, ser inscrito como Dívida Ativa da União e cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas nos incisos I e III desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da permissionária, no respectivo processo administrativo, no prazo de cinco dias úteis.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No processo administrativo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO - As sanções previstas nesta cláusula serão aplicadas mediante processo administrativo próprio, instaurado e instruído na unidade da RFB de jurisdição do Porto Seco, acompanhado de termo circunstanciado de constatação da hipótese de infração aos termos e obrigações contratuais, juntamente com documentos comprobatórios, com a devida proposição pelo fiscal do contrato à SRRF10, de aplicação da sanção pertinente ao caso, com o conhecimento do titular da unidade.

I - Na aplicação das sanções constantes dos incisos I, II, e III desta cláusula, a SRRF10, após a análise do processo administrativo:

a) verificada a procedência da sanção proposta, ou outra cabível, retorna-se o processo à unidade de origem para ciência e defesa prévia da permissionária, no prazo de cinco dias úteis da ciência;

b) apresentada a defesa prévia pela permissionária, o processo será encaminhado à SRRF10 para análise pela Divisão competente;

c) improcedente a defesa prévia, o processo devidamente instruído será encaminhado ao chefe da Dipol, para aplicação da sanção;

d) da decisão que aplicar a sanção cabe recurso, no prazo de cinco dias úteis da ciência da permissionária, que será dirigido ao Superintendente da RFB da 10ª RF, por intermédio do chefe da Dipol, o qual poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de cinco dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado, nos termos do que dispõe o § 4º do art. 109 da Lei nº 8.666, de 1993;

2 10% (dez por cento) sobre o custo total do investimento, constante do estudo de viabilidade efetuado pela RFB (Anexo XI do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019, item 10)

e) verificado o não cabimento de sanção, em qualquer etapa do processo administrativo, retorna-se o processo à unidade de origem para ciência e arquivamento.

PARÁGRAFO QUINTO - A sanção estabelecida no inciso IV desta cláusula é de competência exclusiva do Ministro de Estado da Economia, facultada a defesa do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de sua aplicação.

I - Na aplicação da sanção constante do inciso IV desta cláusula do contrato, a SRRF10:

a) verificada a procedência da sanção proposta, será concedido prazo para defesa prévia, constante do subitem 13.6.2 do edital;

b) improcedente a defesa prévia, o processo, devidamente instruído, será encaminhado ao Sr. Ministro de Estado da Economia, por intermédio do Gabinete da RFB, para aplicação da sanção;

c) da decisão que aplicar a sanção cabe pedido de reconsideração ao Sr. Ministro de Estado da Economia, no prazo de dez dias úteis da intimação do ato à permissionária, nos termos do que dispõe o inciso III do art. 109 da Lei nº 8.666, de 1993;

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação das sanções constantes dos incisos I e II, alíneas “b” e “c”, desta cláusula do contrato, será considerada reincidente a permissionária que, dentro do período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado da data da aplicação da sanção, cometer nova infração pela mesma conduta já sancionada.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As multas desta cláusula deverão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, no Estado do Rio Grande do Sul, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, a ser preenchido de acordo com as instruções fornecidas pela permitente;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO - Extingue-se a permissão por:

I - advento do termo contratual;

II - encampação;

III - caducidade;

IV - rescisão;

V - anulação;

VI - falência ou extinção da empresa permissionária;

VII - revogação unilateral, nos termos do art. 40 da Lei 8.987, de 1995.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso previsto no inciso II desta cláusula, o poder permitente, antecipando-se à extinção da permissão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à permissionária, na forma do parágrafo segundo desta cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder permitente durante o prazo da permissão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados, com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços permitidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder permitente, a declaração de caducidade da permissão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições dos parágrafos quarto ao oitavo desta cláusula, do art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995, e das demais cláusulas contratuais, no que couber.

PARÁGRAFO QUARTO - A caducidade da permissão poderá ser declarada pelo poder permitente quando:

I - o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base o desempenho considerado insatisfatório, com base na média das avaliações realizadas, nos últimos 2 (dois) anos, utilizando método de avaliação de desempenho estabelecido no Anexo II do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019;

II - a permissionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à permissão;

III - a permissionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV - a permissionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço permitido;

V - a permissionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

VI - a permissionária não atender à intimação do poder permitente no sentido de regularizar a prestação do serviço;

VII - a permissionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais;

VIII – caso exigível o pagamento ao FUNDAP, a permissionária atrasar seu recolhimento por prazo superior a trinta dias ou negar-se a assinar aditivo contratual disciplinando as condições de cobrança.

PARÁGRAFO QUINTO - A declaração de caducidade da permissão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da permissionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à permissionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no parágrafo quarto desta cláusula, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais. Todavia, o processo administrativo será instaurado diretamente, no caso de infração não passível de suprimimento.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder permitente, independentemente de indenização.

I - O processamento da declaração de inadimplência seguirá, no que couber, o rito definido nos parágrafos Quarto e Quinto da cláusula Décima Primeira deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - Declarada a caducidade, não resultará para o poder permitente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da permissionária.

PARÁGRAFO NONO - A transferência da permissão ou do controle societário da permissionária sem prévia anuência do poder permitente implicará a caducidade da permissão.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Não sanadas, dentro do prazo concedido, as pendências apontadas pela Comissão de Alfandegamento, na fase de alfandegamento do Porto Seco de que trata o inciso II do parágrafo único da cláusula Quarta deste contrato, operar-se-á a caducidade da permissão.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O contrato de permissão poderá ser rescindido por iniciativa da permissionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder permitente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Na hipótese prevista no parágrafo anterior, os serviços prestados pela permissionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Nas hipóteses de extinção da permissão, assegurado o contraditório e a ampla defesa, o rito processual seguirá as disposições da Lei nº 8.987, de 1995, e subsidiariamente as da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALIDADE E EFICÁCIA - O presente contrato só terá validade e eficácia depois de, respectiva e sucessivamente, aprovado pelo Superintendente da SRRF10 e publicado, por extrato, no Diário Oficial da União.

PARÁGRAFO ÚNICO - PUBLICAÇÃO - Incumbirá à Permitente providenciar, a sua conta, a publicação do extrato deste contrato e de seus eventuais Termos Aditivos no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, nos termos de que dispõe o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO DESEMPENHO DA PERMISSIONÁRIA – O desempenho da permissionária será avaliado, considerando-se a execução das obrigações contratuais da permissionária e a satisfação objetiva dos usuários com relação à qualidade dos serviços e ao atendimento de seus direitos discriminados na cláusula nona deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A permissionária, na prestação dos serviços, compromete-se a empregar materiais e equipamentos de qualidade e a manter instalações e métodos operativos adequados que garantam bons níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas, conforme estabelecido a seguir:

I - regularidade, caracterizada pela prestação continuada dos serviços;

II - continuidade, caracterizada pelo permanente oferecimento dos serviços;

III - eficiência, que compreende a prestação satisfatória dos serviços;

IV - segurança, caracterizada pelos mecanismos que a permissionária irá adotar para preservação de suas instalações e para proteção das mercadorias sob a sua guarda;

V - atualidade, que compreende a modernidade das técnicas empregadas, dos equipamentos e das instalações utilizadas e a sua conservação, bem como a melhoria dos serviços;

VI - generalidade, que compreende a igualdade dos usuários na prestação dos

serviços;

VII - cortesia, caracterizada pelo atendimento ágil e respeitoso a todos os usuários dos serviços permitidos;

VIII - modicidade das tarifas, caracterizada pelo esforço permanente da permissionária em reduzir custos, criando condições para a redução das tarifas quando dos reajustes e revisões.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O desempenho da permissionária será avaliado nos meses de junho e dezembro pelo fiscal do contrato de que trata o parágrafo décimo primeiro da cláusula terceira, mediante expedição de relatório circunstanciado, de acordo com método de avaliação de desempenho estabelecido no Anexo II do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019, que estabelece critérios, indicadores, fórmula e parâmetros definidores da qualidade dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O relatório circunstanciado de que trata o parágrafo anterior, acompanhado dos formulários de avaliação, estabelecidos no Anexo II do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019, será:

I - submetido à autoridade contratante, com proposta, inclusive, de aplicação de sanções previstas neste contrato, obedecidas as disposições constantes estabelecido no Anexo II do edital da Concorrência RFB/SRRF 10 - Nº 2/2019, que estabelece o método de avaliação de desempenho; e

II - encaminhado à comissão de que trata o parágrafo Quarto desta cláusula devendo constar do relatório que será submetido à autoridade contratante, conforme estabelece o § 2º do art. 22 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 2011.

PARÁGRAFO QUARTO - Os serviços serão, também, avaliados nos meses de junho e dezembro pela comissão de fiscalização a que se refere o parágrafo nono da cláusula terceira deste contrato, sendo adotados os procedimentos previstos no art. 22 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 2011.

PARÁGRAFO QUINTO - A autoridade contratante adotará as medidas julgadas cabíveis à vista dos relatórios apresentados pelo fiscal do contrato e pela comissão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Não será admitida a subpermissão, a associação da permissionária com outrem, a cessão, total ou parcial, da permissão outorgada, objeto deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - A permissionária poderá contratar serviços complementares de manutenção, limpeza e conservação, vigilância, medicina e segurança do trabalho e outros assemelhados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS BENS REVERSÍVEIS - Finda a permissão não haverá reversão de bens.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO ARQUIVAMENTO – A Permitente manterá cópias autenticadas deste contrato e dos termos Aditivos que eventualmente forem firmados, em arquivo próprio, à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA REGULARIDADE FISCAL – A Permissionária encontra-se admitida e em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, conforme a declaração impressa constante à folha ____ do Processo Administrativo nº

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO – Para dirimir todas as questões oriundas do presente contrato, será competente o Foro da Justiça Federal em Porto Alegre, da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado, em duas vias de igual teor e forma, pelas partes Contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivado cronologicamente na Divisão de Programação e Logística da SRRF10, com registro sistemático de seu extrato, e dele extraídas as cópias necessárias.

Porto Alegre, ____ de ____ de 2019.

PERMITENTE:

Luís Antônio da Silva Machado
Chefe da Dipol SRRF10

PERMISSIONÁRIA:

NOME:
CARGO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

Testemunhas:

Nome

CPF nº

CI nº

.....

Nome

CPF nº

CI nº

.....



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por JOSE HELIO JUSTO em 27/11/2019 09:41:00.

Documento autenticado digitalmente por JOSE HELIO JUSTO em 27/11/2019.

Documento assinado digitalmente por: LUIS ANTONIO DA SILVA MACHADO em 27/11/2019.

Esta cópia / impressão foi realizada por JOSE HELIO JUSTO em 27/11/2019.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP27.1119.10391.WFBB

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
732DF29D4F56921D338914B23E5D72F30B1D5BF90854FA02D1BC6663CEA092BA